



Grant Thornton

# IKA Energia e Participações Ltda.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente nº 242Q6-085-PB

Em 31 de dezembro de 2023



# Índice

	<b>Página</b>
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022	12

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

---

**Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.**

Praça Carlos Chagas, 49 - 4º andar  
Santo Agostinho, Belo Horizonte (MG)  
Brasil

T +55 31 3289-6000

Aos Administradores e Acionistas da  
**IKA Energia e Participações Ltda.**  
Belo Horizonte – MG

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da IKA Energia e Participações Ltda. (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da IKA Energia e Participações Ltda. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Empresa até 31 de dezembro de 2022 estava em fase pré-operacional, em 2023 a Empresa iniciou suas atividades, conforme cronograma estabelecido. A continuidade normal das operações da Empresa depende do êxito do sucesso de suas operações futuras. As demonstrações contábeis não incluem ajustes decorrentes dessas incertezas e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a empresas em regime normal de operações. Nossa opinião não está ressalvada em decorrência deste assunto.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 29 de fevereiro de 2024

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.  
CRC MG-015.704/F-3



Gabriela Garrido do Vale Mattos  
Contadora CRC 1MG-092.478/O-8

# IKA Energia e Participações Ltda.

## Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	66.184	895
Impostos a recuperar	5	3.966	-
<b>Total ativo circulante</b>		<u>70.150</u>	<u>895</u>
<b>Total do ativo</b>		<u><u>70.150</u></u>	<u><u>895</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DS  
A

DS  
PCR

DS  
A

DS  
FB

# IKA Energia e Participações Ltda.





## Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em reais)

### PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<b>Passivo circulante</b>			
Fornecedores	6	7.948	-
Obrigações tributárias		552	7
<b>Total do passivo circulante</b>		<u>8.500</u>	<u>7</u>
<b>Patrimônio líquido</b>	7		
Capital social	7.a)	185.108	68.108
Prejuízo acumulado		(123.458)	(67.220)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<u>61.650</u>	<u>888</u>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u><u>70.150</u></u>	<u><u>895</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# IKA Energia e Participações Ltda.

## Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022

(Valores expressos em reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<b>Receita operacional líquida</b>	8	1.875.258	-
Custos das operações com energia elétrica	9	(1.914.299)	-
<b>Resultado bruto</b>		<u>(39.041)</u>	<u>-</u>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>			
Gerais e administrativas	9	(18.667)	(854)
Outras receitas operacionais		(97)	(334)
<b>Resultado antes do resultado financeiro</b>		<u>(57.805)</u>	<u>(1.188)</u>
<b>Resultado financeiro líquido</b>			
Receitas financeiras	10	2.084	3
Despesas financeiras	10	(517)	(471)
<b>Resultado financeiro líquido</b>		<u>1.567</u>	<u>(468)</u>
<b>Resultado do exercício</b>		<u><u>(56.238)</u></u>	<u><u>(1.656)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# IKA Energia e Participações Ltda.

## Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022

(Valores expressos em reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<u>(56.238)</u>	<u>(1.656)</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente</b>	<u><u>(56.238)</u></u>	<u><u>(1.656)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

<sup>DS</sup>  
A

<sup>DS</sup>  
PCR

<sup>DS</sup>  
A

<sup>DS</sup>  
FB

# IKA Energia e Participações Ltda

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em reais)

	<u>Notas</u>	<u>Capital social</u>	<u>Capital a integralizar</u>	<u>Prejuízo acumulado</u>	<u>Total</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021 (não auditado)</b>		1.000.000	(931.892)	(65.564)	2.544
Resultado do exercício	7.b)	-	-	(1.656)	(1.656)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		1.000.000	(931.892)	(67.220)	888
Integralização de capital	7.a)	-	117.000	-	117.000
Resultado do exercício	7.b)	-	-	(56.238)	(56.238)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		<u>1.000.000</u>	<u>(814.892)</u>	<u>(123.458)</u>	<u>61.650</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.






# IKA Energia e Participações Ltda.

## Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<b>Fluxo de caixa nas atividades operacionais:</b>			
Resultado do exercício		<u>(56.238)</u>	<u>(1.656)</u>
<b>Redução (aumento) nos ativos operacionais</b>			
Impostos a recuperar	5	(3.966)	32
<b>Aumento nos passivos operacionais</b>			
Fornecedores	6	7.948	-
Obrigações tributárias		<u>545</u>	<u>-</u>
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>		<u>(51.711)</u>	<u>(1.624)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Integralização de capital	7	<u>117.000</u>	<u>-</u>
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento</b>		<u>117.000</u>	<u>-</u>
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<u><u>65.289</u></u>	<u><u>(1.624)</u></u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>			
No início do exercício	4	895	2.519
No fim do exercício	4	66.184	895
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<u><u>65.289</u></u>	<u><u>(1.624)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em reais)

## 1. Contexto operacional

A IKA Energia e Participações Ltda. (“Empresa”) é uma sociedade limitada com sede na cidade de Belo Horizonte, localizada na Rua Paraíba, no 1122, bairro Savassi – MG.

A Empresa é detentora de autorização para comercialização de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional (SIN) por meio do Despacho SCG/ANEEL no 238/2022. Até o fim de exercício de 2022, a Empresa esteve em fase pré-operacional. Em 2023, a Empresa iniciou sua operação de comercialização de energia no mercado atacadista, conforme cronograma de estabelecido pela Administração.

Como plano operacional, para o ano de 2024, a Empresa visa ingressar no setor de comercialização varejista, buscando o mercado de consumidores que poderão aderir ao Mercado Livre de Energia a partir de janeiro 2024, conforme Portaria Normativa no 50/GM/MME, de 27 de setembro de 2022.

## 1.2. Reforma tributária sobre consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) no 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias.

O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, Cofins, ICMS e ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC.

Haverá um período de transição, com previsão de início em 2025 com duração até 2033, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC.

Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023 e a Empresa não obteve bases de estimar seus efeitos para 2025, em diante.

DS  
A

DS  
PCR

DS  
A

DS  
FB

## 2. Base de preparação das demonstrações contábeis

### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Empresa são elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Essas, por sua vez, abrangem as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e evidenciam as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Empresa em 29 de fevereiro de 2024, considerando os eventos subsequentes até essa data.

### 2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

### 2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional e de apresentação da Empresa é o Real. Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma.

### 2.4. Uso de estimativas e julgamentos

Ao preparar as demonstrações contábeis, a administração da Empresa pode se basear em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes.

A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos e outras avaliações similares.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

### 2.5. Principais políticas contábeis

#### a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com insignificante risco de mudança de seu valor de mercado.

#### b) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Empresa se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou contratação.

DS  
A

DS  
PCR

DS  
A  
FB

**c) Passivos circulantes e não circulantes**

Reconhecidos no balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. Alguns passivos envolvem incertezas quanto ao prazo e valor, sendo estimados na medida em que são incorridos e registrados através de provisão. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

**d) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido – corrente e diferido**

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais.

As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

**e) Reconhecimento das receitas**

O reconhecimento das receitas provenientes das operações com clientes, obedece a norma que estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste novo processo compreendem:

- A identificação do contrato com o cliente;
- A identificação das obrigações de desempenho;
- A determinação do preço da transação;
- A alocação do preço da transação; e
- O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho.

Considerando os aspectos acima, as receitas deverão ser registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Empresa tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços financeiros oferecidos aos clientes.

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Empresa e quando possa ser mensurada de forma confiável.

A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

**f) Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência.

Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.



### 3. Normas a entrar em vigor a partir de 2023

Listamos a seguir as normas que tiveram início a partir de 1º de janeiro de 2023:

- **IFRS 17 – Contratos de Seguro**

O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 – Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11).

- **Definição de Estimativas Contábeis – Alterações ao IAS 8**

As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 – políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros.

- **Divulgação de Políticas Contábeis – Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2**

As alterações fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis “significativas” por um requisito para divulgar suas políticas contábeis “materiais” e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis.

- **Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação – Alterações ao IAS 12**

As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação.

- **CPC 26/ IAS 1 e CPC 23/ IAS 8 – Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes**

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Empresa.

- **Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo do Pilar Dois – Alterações ao IAS 12**

As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem: Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e Requisitos de divulgação para entidades afetadas.

**Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2023**

- **Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento)**

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado.



- **Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante**

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante.

- **Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao IAS 7 e IFRS 7**

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações contábeis a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

- **Alterações à IFRS 10/ CPC 36 (R3) e à IAS 28/ CPC 18 (R2)**

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Empresa.

- **Alterações à IAS 21/ CPC 02**

Ausência de conversibilidade. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Empresa.

Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e CPC ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo nas demonstrações contábeis divulgadas pela Empresa.

#### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Bancos conta-corrente	4.191	895
Aplicação financeira	61.993	-
<b>Total</b>	<b>66.184</b>	<b>895</b>

As aplicações financeiras são de curto prazo, de liquidez imediata e conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. São remuneradas por taxas variáveis de aproximadamente 98,2% a.a. do CDI em 2023, tendo como contraparte, bancos de primeira linha.

#### 5. Impostos a recuperar

O saldo dos impostos a recuperar a curto prazo é demonstrado a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ a recuperar	91	-
PIS a recuperar	696	-
Cofins a recuperar	3179	-
<b>Total</b>	<b>3.966</b>	<b>-</b>






## 6. Fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores	7.948	-
<b>Total</b>	<b>7.948</b>	<b>-</b>

A Empresa não possui vencimentos em atraso.

## 7. Patrimônio líquido

### a) Capital social

Em 2023, o capital social subscrito é de R\$ 1.000.000, dividido em 1.000.000 de cotas, onde foi integralizado o valor de R\$ 117.000 em 2023. O valor de R\$ 814.892 tem a previsão de integralização até 30 de junho de 2024. Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito era de R\$ 1.000.000,00 sendo R\$ 931.892 a integralizar, dividido em 1.000.000 de cotas.

Sócios	Participação do capital	% do capital
BMPI Infra S.A.	999.900	99,99%
Bruno Costa de Carvalho Sena	100	0,01%
<b>Total</b>	<b>1.000.000</b>	<b>100%</b>

### b) Destinação dos lucros líquidos

De acordo com o Contrato social da Empresa, em até 4 meses do final de cada exercício social, será dada a destinação dos lucros, na forma do contrato social da Empresa. Para os exercícios findos em 2023 e 2022, não houve destinações de lucros, devido aos prejuízos apurados nos exercícios.

## 8. Receita operacional líquida

	31/12/2023	31/12/2022
Receita de venda de energia	2.066.400	-
<b>Receita bruta</b>	<b>2.066.400</b>	<b>-</b>
<b>Dedução da receita</b>		
PIS	(34.096)	-
Cofins	(157.046)	-
<b>Total</b>	<b>(191.142)</b>	<b>-</b>
<b>Receita líquida</b>	<b>1.875.258</b>	<b>-</b>

Em 2023, as receitas são tributadas às alíquotas de 1,65% para PIS, 7,60% para Cofins.

## 9. Custos e despesas por natureza

	31/12/2023	31/12/2022
Custo da energia vendida	(1.914.299)	-
Serviços de terceiros pessoa jurídica	(17.221)	(144)
Cartórios, custas, emolumentos e taxas	(331)	(607)
Despesas administrativas e gerais	(1.115)	(103)
<b>Total</b>	<b>(1.932.966)</b>	<b>(854)</b>
<b>Classificadas como</b>		
Custo das mercadorias vendidas	(1.914.299)	-
Despesas gerais e administrativas	(18.667)	(854)
<b>Total</b>	<b>(1.932.966)</b>	<b>(854)</b>

## 10. Resultado financeiro líquido

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Receitas financeiras</b>		
Juros ativos	-	3
Rendimentos sobre aplicações financeiras	2.084	-
<b>Total</b>	<b>2.084</b>	<b>3</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Despesas bancárias	(503)	(471)
Juros passivos	(14)	-
<b>Total</b>	<b>(517)</b>	<b>(471)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>1.567</b>	<b>(468)</b>

## 11. Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Empresa não apresentou imposto de renda e contribuição social a pagar, devido à apuração de prejuízos no exercício.

## 12. Remuneração do pessoal-chave

Em 31 de dezembro de 2023, a Empresa não incorreu em despesas referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração da Empresa. Também não incorreu em despesas de remuneração em 2022.

## 13. Provisão para riscos

A Empresa não é parte em ações judiciais (natureza tributária, trabalhista e cível), processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações.

## 14. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Empresa encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e a administração desses instrumentos é efetuada através de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente da exposição cambial e das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

DS  
A

DS  
PCR

DS  
A

DS  
FB

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros não divergem significativamente dos seus valores contábeis, na extensão em que foram pactuados e encontram-se registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os principais instrumentos financeiros são: caixa e equivalentes de caixa, cujos valores contábeis não apresentam diferença em relação aos valores de mercado.

Para determinação dos valores de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada tipo de instrumento financeiro. Os valores estimados como “de mercado” não asseguram que os ativos e passivos seriam realizados ou liquidados por esses valores. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderá ter um efeito relevante na apuração do valor de mercado.

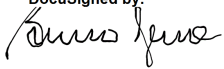
### Riscos de mercado

É apresentado com a possibilidade de perdas monetárias em virtude das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociados no mercado. Normalmente o risco é gerado por uma ocasião de energia em aberto ainda não convertida em contratos, exposta, portanto, a movimentos de preços de mercado que, em casos desfavoráveis para a Empresa detentora da posição, fazem reduzir seu valor de carteira de energia. Estas flutuações, positiva ou negativas, geram impacto econômico em todos os agentes atuantes no mercado livre de energia e são constantemente monitoradas pela Administração da Empresa. Isso implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios não há expectativa de redução na produção de energia.


## 15. Eventos subsequentes


A administração da Empresa avalia anualmente a ocorrência de eventos subsequentes à data das demonstrações contábeis. Não ocorreram eventos compreendendo a data das demonstrações e a data de sua aprovação que devessem ser ajustados ou divulgados nas demonstrações contábeis.

\* \* \*

DocuSigned by:  
  
1AED8BF0F5B4439...  
Bruno Costa Carvalho de Sena  
Diretor Presidente

DocuSigned by:  
  
D183309D5090488...  
Alicia Maria Gross Figueiró  
Diretora Administrativo – Financeiro

DocuSigned by:  
  
2A2D15CA2C47446...  
Pedro Cabral Rovieri  
Diretor de Investimentos

DocuSigned by:  
  
F121D101834344B...  
Farley Vasconcelos Botelho  
Contador – CRC/MG-084.315/O-8